



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

**ATA DA 84ª REUNIÃO DO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019.**

No dia 25 de setembro de 2019, às 10h00, na sala de reunião do Arquivo Público do Estado de São Paulo, sito à Rua Voluntários da Pátria, 596 – 1º andar – sala 50, foi realizada a 84ª reunião do Conselho de Transparência da Administração Pública.

**ABERTURA E COMUNICADOS**

A Conselheira Presidente iniciou a sessão cumprimentando os conselheiros presentes, em especial a Dra. BRUNA TAPIÉ GABRIELLI que inicia seu mandato como conselheira representante da Procuradoria Geral do Estado, em substituição à Dra. LAURA BARACAT BEDISCK pelo término do mandato, a quem agradeceu pelos relevantes serviços públicos prestados, participando de reuniões, seminários grupos de trabalho no Conselho, além de pareceres e palestras no âmbito da Ouvidoria Geral do Estado. Lembrou ainda a relevância da legalidade, princípio constitucional da Administração, nas atividades do colegiado sob análise de representantes da PGE.

Prosseguindo noticiou a realização, dias 18 e 19 de setembro, de curso em parceria com a Controladoria Geral da União, sobre o tema GESTÃO DE RISCOS PARA A INTEGRIDADE, GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, MODELO DE REFERÊNCIA, ministrado em 16 horas/aula pelo coordenador do Núcleo de Ouvidorias e Prevenção da Corrupção, Dr. MARCIO SOBRAL com a participação de 180 servidores, seguidos de amplos debates. Pela conselheira Dra. MARIA INÊS FORNAZARO, representante da Associação Brasileira de Ouvidores, foi comentada a realização do ENCONTRO ESTADUAL DA REDE PAULISTA DE



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

OUVIDORIAS. 20 ANOS DA LEI Nº 10.294, de 1999, lembrando o pioneirismo da lei paulista como inspiradora para instituição de mecanismos de controle da transparência na Administração Pública, principalmente a exigência de ouvidorias em todas as secretarias e entidades do governo, pois somente em 2017 tivemos a legislação federal.

**PORTAL DE DADOS ABERTOS DA FDE – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**  
**INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E CONTRATOS**

O Conselho de Transparência apoiou proposta do conselheiro MANOEL GALDINO (Transparência Brasil) no sentido de solicitar esclarecimentos sobre informes constantes em sítio da FDE – FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO referentes a financiamento de obras e construções escolares. Em 19 de agosto encaminhou pedido aos conselheiros, os seguintes questionamentos, encarecendo que representantes da FDE esclarecessem:

1. Desde quando a transparência ativa de dados de obras e contratos (para dar dois exemplos), do site fundação aberta, não estão disponíveis?
2. Qual a previsão para que os dados voltem a estar disponíveis?
3. Qual a razão para a página não estar funcionando? É verdade que o problema é com a empresa que dá manutenção do site? Se sim, porque não houve previsão de back-up ou algo do tipo?
4. Haverá reformulação do site, ou apenas voltaremos ao site anterior assim que o serviço for normalizado?

O colegiado houve por bem convidar representante para dialogar sobre o assunto. Assim sendo a Ouvidora Geral, na Presidência Corregedoria Geral da Administração, oficiou-se ao presidente da FDE, Dr. Leandro Damy. Presentes nesta sessão, Dra. MARINA THOMAZI, Gerente de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

Comunicação e Dr. PAULO MARTINS, Gerente de Orçamento, ambos representando a FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, face aos questionamentos em torno de contratações e obras, também participaram desta reunião, os corregedores responsáveis pelo Departamento de Auditoria Geral e pelo Departamento de Inspeção e Obras, respectivamente, Dr. RENE FERNANDO CARDOSO e Dr. MARCO ANTONIO FEITOSA. Dra. MARINA THOPMAZI iniciou sua exposição esclarecendo a ausência do presidente da FDE que se encontrava em outra reunião de trabalho, anteriormente agendada. Prossequindo recordou aos presentes visita anterior (2017) da diretoria da FDE aquele colegiado, buscando sempre expor objetivos e atividades da FDE. Nesta ocasião informou que cabe à FDE diversificados atendimentos às escolas estaduais e seu alunado, entre elas, destaca-se a fiscalização de obras escolares (construções e reformas), cabendo os financiamentos à própria Secretaria da Educação. Dr. PAULO MARTINS baseou sua informações na quantidade expressiva de escolas estaduais em nosso estado, 5.200 prédios escolares e conseqüentemente as construções e obras de conservação são inúmeras, demandando volumes significativos de verbas públicas. Conclui-se ser fundamental a transparência de todas as ações, face à relevância da própria instituição para a educação e dos valores públicos investidos nas obras. Tomando a palavra, a conselheira JULIANA SAKAI (Transparência Brasil) ponderou a sobre a necessidade do aprimoramento dos sítios e portais como critério de transparência ativa para toda a sociedade conhecer e acompanhar as ações da FDE. Estabeleceu-se amplo debates no conselho, como se pode acompanhar pela gravação da reunião, via you tube. Foi informado ainda pela Dra. MARINA THOMAZI que a atual gestão da FDE já encontrou contrato em execução de empresa especializada responsável pela inserção de informações e dados no site da FDE, bem como pela manutenção do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**OUVIDORIA GERAL DO ESTADO**

mesmo, que implica em mantê-lo aperfeiçoado no cumprimento do princípio da publicidade. Atualmente a própria gestão administrativa da FDE ocupa-se do site, preservando verba pública e gerando melhor qualidade nas informações disponibilizadas. A exposição foi acompanhada por vasto material informativo em power point, que passa a integrar a presente ATA. Sob apreciação, às objeções da conselheira JULIANA SAKAI, esclareceram os representantes da FDE, que as críticas são bem vindas no sentido de aperfeiçoar dados e informações, mas pondera que das 92 obras escolares, hoje paralisadas, apenas 08 são de responsabilidade da Secretaria da Educação, às demais, 84 obras são geridas pelas respectivas prefeituras municipais, todas fiscalizadas pela FDE. O diálogo prosseguiu com propostas para padronização dos sites favorecendo o entendimento e acesso a informações. Os representantes da FDE finalizaram a participação, colocando-se à disposição para outras informações e possíveis retornos às reuniões do conselho.

### **PRÓXIMA REUNIÃO**

Com o término das apreciações dos temas pautados, foi franqueada a palavra aos presentes, com encerramento da sessão. A próxima reunião ocorrerá dia 30 de outubro de 2019, quarta-feira, às 10 horas.